

7.3 — Na área da gestão financeira, autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 500, salvaguardadas as normas aplicáveis.

8 — No chefe do Departamento dos Sistemas de Informação, José Henrique Rodrigues de Carvalho:

8.1 — Na área da gestão geral:

a) Assinar correspondência relacionada com os assuntos inerentes aos serviços cuja supervisão lhe foi cometida;

b) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respectiva unidade orgânica, excepto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados;

8.2 — Na área de gestão de pessoal:

a) Despachar os pedidos de justificação de faltas dos trabalhadores;

b) Autorizar o gozo e acumulação de férias dos trabalhadores, dentro dos limites estabelecidos;

c) Autorizar as alterações ao plano de férias;

d) Autorizar o gozo de férias anteriores à aprovação do plano anual e o gozo de férias interpoladas;

8.3 — Na área da gestão financeira, autorizar a realização de despesas com locação e aquisição de bens e serviços até ao limite de € 500, salvaguardadas as normas aplicáveis.

9 — De acordo com o artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos que, no âmbito das competências ora delegadas, tenham sido praticados desde 1 de Maio de 2007.

10 — As competências subdelegadas acima referidas podem ser subdelegadas, no uso da faculdade conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo.

11 — O presente aviso produz efeitos desde a data da sua publicação.

12 — A presente delegação de competências não prejudica os direitos de direcção, avocação e superintendência.

31 de Agosto de 2007. — O Vogal do Conselho Directivo, *Amândio Dias Antunes*.

## Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

### Deliberação (extracto) n.º 2073/2007

Nos termos do disposto no artigo 20.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, torna-se público que, por deliberação da direcção do LNEC de 3 de Maio de 2007, e nos termos estabelecidos no n.º 1 do mesmo preceito legal, foram nomeados os júris dos concursos externos para recrutamento de um investigador auxiliar para cada uma das áreas científicas, cuja composição é a mencionada para cada área:

Área científica de Barragens:

Presidente — Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Vogais:

Professor associado Francisco Baptista Esteves Virtuoso, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Professor associado Vítor Manuel Azevedo Leitão, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Investigador-coordenador Carlos Alberto de Brito Pina, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Investigadora principal com habilitação Laura Maria Mello Saraiva Caldeira, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Investigador principal António Lopes Batista, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Área científica de Estruturas:

Presidente — Presidente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Vogais:

Professor catedrático Carlos Alberto Ferreira de Sousa Oliveira, Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.

Professor catedrático Aníbal Guimarães da Costa, Universidade de Aveiro.

Investigador-coordenador João Carlos Chaves de Almeida Fernandes, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Investigadora principal Ema Paula Montenegro Ferreira Coelho, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Investigador principal Alfredo Peres de Noronha Campos Costa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Engenheiro Eduardo Camacho Cansado Carvalho, especialista.

8 de Outubro de 2007. — A Directora de Serviços de Recursos Humanos, *Ana Paula Seixas Morais*.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 23 944/2007

O prémio «Prevenir mais, viver melhor no trabalho», instituído através do despacho n.º 22 647/2003, de 4 de Novembro (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 269, de 20 de Novembro), tem como finalidade reconhecer publicamente as pessoas singulares ou colectivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido nos domínios da inovação e melhoria da prevenção dos acidentes de trabalho ou das doenças profissionais, nomeadamente através do desenvolvimento de boas práticas nas condições em que o trabalho é prestado, ou da realização de estudos ou trabalhos de investigação sobre aquelas matérias.

Nos termos do artigo 8.º do Regulamento do Prémio «Prevenir Mais, Viver Melhor no Trabalho», a apreciação das candidaturas, a classificação dos concorrentes e a decisão sobre a atribuição dos prémios competem a um júri a designar, em cada ano, por despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social constituído:

a) Pelo inspector-geral do Trabalho (Autoridade para as Condições de Trabalho) que preside, com voto de qualidade;

b) Pelo presidente do conselho directivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

c) Por um representante de cada um dos parceiros sociais com assento no conselho geral do ex-IDICT;

d) Por duas personalidades de reconhecido mérito que se tenham destacado, respectivamente, na área da prevenção da sinistralidade laboral e da prevenção das doenças profissionais.

Relativamente aos membros do júri designados em função do reconhecimento mérito de actuação nas áreas a que o prémio respeita, a escolha recaiu em:

1) Dr.ª Isabel Caixeiro — Ordem dos Médicos;

2) Engenheiro Fernando Santos — Ordem dos Engenheiros.

Assim, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do Prémio «Prevenir Mais, Viver Melhor no Trabalho», é nomeado o júri do prémio «Prevenir mais, viver melhor no trabalho» de 2006, que terá a seguinte composição:

a) Dr. Luís Filipe Nascimento Lopes, coordenador executivo para a Segurança e Saúde no Trabalho da Autoridade para as Condições de Trabalho;

b) Dr. Leonardo Rafael Pereira Pires da Conceição, Instituto do Emprego e Formação Profissional;

c):

Dr.ª Alexandra Freire, Confederação dos Agricultores de Portugal;

Dr.ª Sofia Baião Horta, Confederação da Indústria Portuguesa;

Dr.ª Laurinda Pinto, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal;

Dr.ª Maria da Conceição Racha Melro Vieira, União Geral de Trabalhadores;

Dr. Nuno Paulo da Cruz Santos, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical Nacional;

d) Dr.ª Isabel Caixeiro — Ordem dos Médicos;

e) Engenheiro Fernando Santos — Ordem dos Engenheiros.

4 de Outubro de 2007. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

### Casa Pia de Lisboa, I. P.

#### Despacho (extracto) n.º 23 945/2007

Por deliberação do conselho directivo de 4 de Setembro de 2007, foi autorizada licença sem vencimento por um ano, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, ao auxiliar

de acção educativa do quadro desta instituição José Carlos Gonçalves dos Santos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007.

28 de Setembro de 2007. — O Director de Serviços de Gestão e Administração, *Álvaro Eduardo da Costa Amaral*.

## Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho

### Rectificação n.º 1812/2007

Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 20 697/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 174, de 10 de Setembro de 2007, rectifica-se que onde se lê «foi transferida do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho» deve ler-se «foi integrada por tempo indeterminado no quadro de pessoal da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, encontrando-se anteriormente na situação de mobilidade especial, afecta à Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas».

13 de Setembro de 2007. — O Director-Geral, *Fernando Ribeiro Lopes*.

## Direcção-Geral da Segurança Social

### Declaração (extracto) n.º 286/2007

Declara-se, em conformidade com o disposto no Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 402/85, de 11 de Outubro, e no regulamento aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de Janeiro, que se procedeu ao registo definitivo da alteração dos estatutos da instituição particular de solidariedade social abaixo identificada, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 2 à inscrição n.º 75/1987, a fl. 145 do livro n.º 3 das associações de solidariedade social e considera-se efectuado em 31 de Agosto de 2007, nos termos do n.º 4 do artigo 9.º do regulamento acima citado.

Dos estatutos consta, nomeadamente, o seguinte:

Denominação — Centro Social de Tolosa;

Sede — Rua do Professor Dr. Gonçalves de Proença, 49, freguesia de Tolosa, concelho de Nisa, Portalegre;

Fins — contribuir para a promoção do desenvolvimento da freguesia e da sua população, cooperando, para o efeito, com os serviços públicos competentes e outras instituições, num autêntico espírito de solidariedade, cooperação e entajada.

9 de Outubro de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Secção, *Palmira Marques*.

2611055307

## Instituto da Segurança Social, I. P.

### Centro Distrital de Segurança Social de Castelo Branco

#### Despacho (extracto) n.º 23 946/2007

##### Delegação de competências

Nos termos dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso dos poderes que me são conferidos pelo n.º 2 do artigo 28.º dos Estatutos do Instituto da Segurança Social, I. P., aprovados pela Portaria n.º 638/2007, de 30 de Maio, delego:

1 — No técnico de serviço social licenciado Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, a competência para decidir:

1.1 — Dos processos de apoio económico eventuais até ao valor do indexante dos apoios sociais;

1.2 — Dos processos de apoios de emergência até ao valor do indexante dos apoios sociais;

1.3 — Dos processos de apoio complementar do rendimento social de inserção.

2 — As competências ora delegadas entendem-se feitas, sem prejuízo do disposto no artigo 39.º do CPA, designadamente os poderes de avocação e supervisão.

3 — O presente despacho, em cumprimento do n.º 2 do artigo 37.º do CPA, será publicado no *Diário da República*, 2.ª série, é de aplicação

imediate, ratificando-se todos os actos praticados no âmbito das competências ora delegadas.

24 de Setembro de 2007. — O Director, *José Joaquim Gonçalves Antunes*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Ministro

#### Despacho n.º 23 947/2007

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de vogal do conselho de administração do Hospital de Joaquim Urbano o licenciado Manuel Jorge Correia Caneca, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007.

28 de Setembro de 2007. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

#### ANEXO

##### Sinopse curricular de Manuel Jorge Correia Caneca

1 — Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1982;

Curso de Planeamento e Controlo de Gestão por Resultados, INA, 2003.

2 — Cargos dirigentes:

1997 — administrador-delegado do Hospital Central Especializado de Crianças Maria Pia;

2000 — vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte;

2001 — administrador-delegado do Hospital de Santa Maria Maior de Barcelos;

2007 — vogal do conselho de administração do Hospital Central Especializado de Crianças Maria Pia.

3 — Percurso profissional:

1974 — terceiro-escriurário no Posto Médico de Valbom;

1976 — segundo-escriurário no Posto Médico de Valbom;

1978 — segundo-oficial no Posto Clínico de Valbom/Medas/Rio Mau;

1985 — técnico superior de 2.ª classe com funções consultivas de natureza técnico-científicas exercidas com autonomia e responsabilidade na área de recursos humanos;

1988 — Gabinete Jurídico da Administração Regional de Saúde do Porto — funções exercidas desde 1988 até 1993 com total autonomia técnica na emissão de pareceres e instrução de processos de inquérito, averiguações e disciplinares, nomeadamente no âmbito da Inspeção-Geral da Saúde;

1989 a 1992 — consultadoria e apoio técnico-jurídico ao Instituto de Clínica Geral da Zona Norte, máxime direcções presididas pelos Drs. Albino Aroso, Hélder Machado e Antero Torres;

1992 — técnico superior de 1.ª classe de 1993 a 1997, responsável pela Assessoria Jurídica da Sub-Região de Saúde do Porto;

1996 — técnico superior principal;

2000 — assessor;

2003 — assessor principal.

4 — Participação em grupos de trabalho:

1997 — coordenador da comissão de informatização do Hospital Central Especializado de Crianças Maria Pia;

1999 — membro de comissão de ética do Hospital Joaquim Urbano; membro do grupo de trabalho de projecto à criação de central de compras de produtos farmacêuticos e material de consumo clínico no âmbito das políticas inovadoras e racionalização de custos do Ministério da Saúde.

5 — Participação em acções de formação — formador em acções de formação da iniciativa da Sub-Região de Saúde do Porto, no âmbito do Regime Jurídico da Função Pública, do Estatuto Disciplinar e do Código de Procedimento Administrativo.